

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
ATA DA 50ª REUNIÃO

Data: 731/06 e 01/07 de 2008.

Local: Sala Câmara Técnica - Edifício Marie Prendi Cruz - SEPN 505 (Norte) em Brasília-DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Ausência
- Ministério dos Transportes: Martinho Candido Velloso dos Santos (martinho@transportes.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: Paulo Roberto Soares Junior (paulojunior@yahoo.com.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SRHU: Luiz Augusto Bronzatto (luiz.bronzatto@mma.gov.br)
- Ministério das Cidades: João Carlos Machado (joaocarlos.machado@cidades.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Andrea Figueiredo (andrea@mme.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Nelson Neto de Freitas (Nelson.freitas@ana.gov.br)
- Conselhos Estaduais Espírito Santo / Minas Gerais: Ausência
- Conselhos Estaduais Bahia / Ceará: Ausência
- Conselhos Estaduais Pará / Tocantins: Manoel Imbiriba Junior (manoel.imbiriba@sema.pa.gov.br)
- Concessionárias e Aut. de Geração Hidrelétrica: Regina Menrava Romanini (regina.romanini@cesp.com.br)
- Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto: Leane Chamma Barbar Przybysz (leanep@sanepar.com.br)
- Indústrias: Elisa Romano Dezolt (edozolt@cni.org.br)
- Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com)
- Organizações Não Governamentais: Ninon Machado - Conselheira (ninon@institutoipanema.net)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa – ABRH: Sidnei Gusmão Agra (sgagra@terra.com)
- Organizações Técnicas: Ausência

DEMAIS PRESENTES:

- Adriano Jeronimo da Silva (MME) adriana.silva@mme.gov.br
- Aline Hanriot (ELABORE) aline.hanriot@elabore.com.br
- Antônio Edson Guimarães Farias (MME) antonio.farias@mme.gov.br
- Carla Mittelstaedt (SUDERHSA/Coordenadoria CTPLAN-PR) carlamit@suderhsa.pr.gov.br
- Christina Elizabeth Paes de Vasconcelos (MME) christina@mme.gov.br
- Daniel Martinelli Duarte (SRHU/MMA) daniel.duarte@mma.gov.br
- Flávia do Nascimento Madruga (SDS/SC) flaviamadruga@gmail.com
- João Climaco Filho – Conselheiro (Copodhemfe/Fonasc) climaco@uai.com.br
- João Gilberto Lotufo (ANA) jglotufo@ana.gov.br
- Leandro Vieira Brandão (IESB) Leandro-brandão@hotmail.com
- Luiz Fernando de Abreu Cybis – Conselheiro (OTEPs) lfcybis@iph.ufrgs.b
- Marco J M. Neves (SRHU/MMA) marco.neves@mma.gov.br

- 51 • Marta Elisabete S. Kracik (SDS/SC) martak@sds.sc.gov.br
- 52 • Martha Regina Von Borstel Sugai (ABRAGE) Martha.sugai@copel.com
- 53 • Mauricio Santos Pompeu (SRHU/MMA) mauricio.pompeu@mma.gov.br
- 54 • Paulo Paim (DRH-SEMA / RS) crh@sema.rs.gov.br
- 55 • Rachel Landgraf de Siqueira (SRHU/MMA) rachel.siqueira@mma.gov.br
- 56 • Roseli dos Santos Souza (SRHU/MMA) roseli.souza@mma.gov.br

57

58

59 RELATORIA:

- 60 ▪ Fabiano Chaves da Silva (fabiano.silva@mma.gov.br)

61

62 ASSUNTOS DISCUTIDOS:

63

64 Ao 30º dia de junho do ano de dois mil e oito, com início às 14 horas e quarenta minutos, a
65 Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH do Conselho Nacional de
66 Recursos Hídricos – CNRH realizou sua quinquagésima reunião convocada há 15 dias e tendo
67 como relator o senhor **Fabiano Chaves (Sec. Exec. CNRH)**. [1- Abertura](#). O Sr. **Sidnei Agra**
68 **(OTEP)**, Presidente da CTPNRH, iniciou as atividades saudando os presentes e desejando a
69 todos uma boa reunião. Lembrou que a composição da CTPNRH foi renovada pela Resolução
70 CNRH Nº 86 e, portanto, sugeriu uma auto-apresentação. [Item 2 – Eleição para a presidência da](#)
71 [CTPNRH](#). Em seguida, O Sr **Fabiano Chaves (Sec. Exec. CNRH)** disse que de acordo com o
72 Regimento Interno do CNRH era necessário realizar a eleição do novo Presidente da CTPNRH
73 para o mandato de 01 de julho de 2008 a 30 de junho de 2009. Indagou se existiria algum
74 candidato ou indicação para o cargo. A Sra. **Ninon Machado (ONGs)** sugeriu que o
75 representante da ABRH continue na coordenação dos trabalhos da CTPNRH. O Sr. **Luiz**
76 **Bronzatto (SRHU)** disse que o Ministério do Meio Ambiente apoiava o nome do Sr. Sidnei
77 Agra para Presidência da CTPNRH. O Sr. **Nelson de Freitas (ANA)** também destacou seu apoio
78 à eleição do Sr. Sidnei Agra. Ademais, os representantes do Ministério de Minas e Energia,
79 Concessionárias e Aut. de Geração Hidrelétrica, Ministério dos Transportes, Prestadores de
80 Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto apresentaram apoio à candidatura do Sr.
81 Sidnei Agra como Presidente da CTPNRH. Desta forma, com a concordância de todos os
82 membros presentes da CTPNRH, o Sr. Sidnei Agra foi eleito Presidente da CTPNRH para o
83 mandato de 01 de julho de 2008 a 30 de junho de 2009. O Sr. Sidnei Agra agradeceu o voto de
84 confiança e disse que a CTPNRH tem uma tarefa importante: acompanhar e garantir o sucesso da
85 implementação dos programas do PNRH. Destacou que a articulação entre os diversos âmbitos
86 de planejamento é essencial para atingir esse objetivo. [Item 3 – Informes Gerais](#). O Sr **Fabiano**
87 **Chaves (Sec. Exec. CNRH)** disse que a Sr. Leila Carvalho Lopes, Presidente da CTPOAR,
88 encaminhou ofício (**Anexo 1**) à Presidência da CTPNRH informando que a CTPOAR iria
89 aguardar a manifestação da CTPNRH sobre a minuta de resolução da CTCOST que trata
90 diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que
91 contenham trechos da zona costeira para, posteriormente, se manifestar sobre a matéria. A Sra.
92 **Ninon Machado (ONGs)** informou sobre a criação em Minas Gerais de um programa
93 denominado Pólo de Excelência em Recursos Hídricos que está creditado pela UNESCO para
94 países Latino-Americanos e Lusófonos. O Sr Wilson de Azevedo Filho (**Pescadores e Usuários**
95 **de Água para o Lazer e Turismo)** destacou que no dia 10 de junho ocorreu a posse dos
96 membros do Comitê do Rio Paranaíba. O Sr. **Luiz Bronzatto (SRHU)** comunicou que no dia 28
97 de junho o Sr. Vicente Andreu Guillo foi nomeado como Secretário de Recursos Hídricos e
98 Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente. [Item 4 – Aprovação da minuta de ata da 49ª](#)

99 [reunião da Câmara](#). O Sr. **Fabiano Chaves (SRHU)** indagou aos presentes se haveria alguma
100 modificação. Após apresentação de mudanças no texto, a ata foi aprovada. Em seguida, o Sr.
101 **Sidnei Agra (OTEP)** passou ao [Item 5 – Apresentação dos processos de desenvolvimento dos](#)
102 [Planos Estaduais de Recursos Hídricos do RS, SC e PR](#). O Sr. **Sidnei Agra (OTEP)**, lembrou
103 que, de acordo com o plano de trabalho da CTPNRH, ficou definida uma apresentação do
104 processo de elaboração dos planos estaduais de recursos hídricos da região sul. O Objetivo
105 dessas apresentações é estabelecer estratégias de articulações entre os âmbitos de planejamento.
106 O Sr. **Luiz Bronzatto (SRHU)** disse que a SRHU está acompanhando a elaboração dos planos
107 de recursos hídricos dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Informou que a
108 SRHU tem interesse em apoiar o processo de elaboração dos planos em articulação com o
109 PNRH. Em seguida foram iniciadas as apresentações. A Sra. **Carla Mittelstaedt (SUDERHSA–**
110 **PR)** apresentou a estratégia para elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Paraná
111 (**ANEXO 2**) com a descrição das etapas da construção do Plano: Etapa 1 – Diagnóstico dos
112 Recursos Hídricos, Etapa 2 – Processo Participativo / Encontros Regionais e Etapa 3 –
113 Consolidação do Plano. Disse que, atualmente, está sendo finalizada a fase de diagnóstico.
114 Ademais, A Sra. **Carla Mittelstaedt (SUDERHSA–PR)** apresentou os resultados preliminares
115 da etapa do diagnóstico. Informou que a Resolução N.º 49 CERH/2006 definiu as doze unidades
116 hidrográficas de gerenciamento dos recursos hídricos no território paranaense. As condicionantes
117 para a definição das unidades hidrográficas foram os Aspectos geológicos, Usuários de recursos
118 hídricos, Potencial de arrecadação, Similaridade de aspectos físicos e socioeconômicos e
119 Compatibilização com as unidades hidrográficas estabelecidas nos estados vizinhos. Ressaltou
120 que a definição das unidades hidrográficas foi essencial no processo de regionalização do
121 diagnóstico dos recursos hídricos. Destacou que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
122 Recursos Hídricos do Paraná adotou a bacia hidrográfica como unidade de gestão. Em seguida,
123 foram apresentados aspectos sobre a Rede de monitoramento, Disponibilidades hídricas, Balanço
124 hídrico, Eventos críticos e Uso do Solo. Por último, a Sra. **Carla Mittelstaedt (SUDERHSA–**
125 **PR)** disse que a experiência de elaboração do plano estadual de recursos hídricos está servindo
126 para avaliação das capacidades da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e
127 Saneamento Ambiental do Paraná e contribuindo para o aprimoramento das suas atividades. Em
128 seguida, o Sr. **Paulo Paim (DRH-SEMA / RS)** iniciou a apresentação (**ANEXO 3**) sobre a
129 metodologia de elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul. Disse
130 que a exemplo do PNRH, tanto na sua construção quanto no seu resultado, o PERH-RS deverá
131 ser um instrumento de planejamento estratégico do desenvolvimento sócio ambiental e
132 econômico, tendo o elemento natural ÁGUA como variável central. Mencionou que o processo
133 de construção do PERH deverá ser apoiado pela participação ampla dos diferentes grupos que
134 compõem a sociedade gaúcha, de forma a garantir: que a água seja elemento natural capaz de
135 potencializar ou não o desenvolvimento social e econômico sustentável do RS e, que o resultado
136 do PERH seja um acordo social e político sobre uma base sólida de informações técnicas.
137 Destacou que no estado Rio Grande do Sul todos os comitês de rios estaduais estão implantados.
138 Mencionou que de acordo com a lei estadual Nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994, o PERH
139 será elaborado com base nas propostas dos Comitês, considerando também as propostas dos
140 usuários, planos regionais e setoriais de desenvolvimento e tratado internacionais. Destacou a
141 criação, por meio de resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, da Comissão
142 Executiva de Articulação e Construção do PERH – CEAC. Essa comissão tem o objetivo de
143 intermediar entre a sociedade e o Estado o fluxo de informações técnicas. Comentou que uma
144 das primeiras atividades da CEAC foi a proposição das condicionantes de futuro para o plano de
145 recursos hídricos e a validação do diagnóstico de demandas hídricas. Disse que o processo de

146 elaboração foi estabelecido em cinco fases: Atividades Preliminares; Fase A: Diagnóstico
147 (Disponibilidades, Demandas e Balanço Hídrico); Fase B: Proposição de Alternativas de
148 Compatibilização e Articulação; Fase C: Elaboração do Plano; Fase D: Elaboração do Ante-
149 Projeto de Lei. Ressaltou que o processo de elaboração do PERH apresenta uma forte
150 interlocução com o documento intitulado “Rumos 2015: Estudo sobre o desenvolvimento
151 regional e logística de transportes”. Esse estudo representa um conjunto de diretrizes para o
152 governo do Rio Grande do Sul e, com a elaboração do PERH, teve seu conteúdo revisto em
153 função das disponibilidades e demandas hídricas. Em seguida, a Sra. **Marta Kracik (SDS/SC)**
154 apresentou a metodologia de elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa
155 Catarina (**ANEXO 4**). Destacou as Diretrizes Gerais do PERH: Participação social, canalizada
156 através dos Comitês de Bacias Hidrográficas instalados; Envolvimento dos usuários dos recursos
157 hídricos e representantes da população das bacias; Compatibilização com bacias compartilhadas
158 - planos estaduais (RS e PR) e PNRH; Articulação com outros programas setoriais e estudos em
159 andamento; Articulação com outras políticas públicas, em especial com a Gestão Ambiental
160 (ZEE, GERCO, SNUC-SEUC, Agricultura, Saneamento, Resíduos Sólidos); Acompanhamento
161 dos estudos (elaboração e posterior implementação) pelo Conselho Estadual de Recursos
162 Hídricos; Horizonte do Plano: curto prazo (ano de 2015); médio prazo (ano de 2019) e longo
163 prazo (ano de 2023); Promover a integração dos diversos atores na sua gestão e de
164 conscientização sobre a necessidade do uso sustentável da água; Escala Geral de trabalho e
165 Produtos Gráficos - 1:250.000, podendo ser ampliada para 1:100.000. Disse que a elaboração do
166 Plano será a oportunidade de disseminação das informações sobre o sistema de gerenciamento de
167 recursos hídricos de Santa Catarina. Em relação à abordagem territorial disse que o planejamento
168 espacial do Plano é por bacias principais e regiões hidrográficas, sendo 10 Regiões
169 Hidrográficas, instituídas pela Lei nº 10.949, de 10 de novembro de 1998 e 23 bacias
170 hidrográficas, principais, agrupadas por critérios físico-territoriais, sócio-econômicos,
171 institucionais e ambientais. Em seguida, mencionou a elaboração de um Sistema de Apoio à
172 Decisão para planejamento de recursos hídricos para o estado de Santa Catarina. Logo após,
173 descreveu as etapas do processo: Etapa 0: Motivação político-institucional e financeira; Etapa A:
174 Diagnóstico da situação atual; Etapa B: Prognóstico das demandas hídricas; Etapa C:
175 Compatibilização de demandas e disponibilidades; ETAPA D: Elaboração do plano estadual de
176 recursos hídricos; Etapa E: Edição dos produtos finais; ETAPA F: Monitoramento da
177 Implantação e Revisões Periódicas. Informou que, atualmente, o cronograma de execução do
178 PERH/SC encontra-se em revisão. A revisão da Etapa A encontra-se em análise pela SDS, pela
179 Comissão Técnica de Acompanhamento do PERH/SC, do Conselho Estadual de Recursos
180 Hídricos (CERH) e pelos Comitês. Cada Etapa aprovada pela Comissão será encaminhada para
181 análise do CERH. Após a aprovação de todas as Etapas do Plano pelo Conselho, segundo Lei
182 Estadual em vigor, o PERH/SC deverá ser encaminhado à Assembléia Legislativa de Santa
183 Catarina. Em relação à articulação com Planos de Bacias, disse que o objetivo é a comparação
184 das demandas e disponibilidade, correção dos limites das bacias principais em função da área de
185 atuação dos Comitês. Informou que foram realizados dois encontros de compatibilização de
186 interesses das bacias compartilhadas do Estado de Santa Catarina com os Estados do Paraná e do
187 Rio Grande do Sul, bem como reuniões sobre Sistema de Informações de Recursos Hídricos,
188 além de oficinas com o apoio SRHU/MMA. Disse que a articulação entre os âmbitos de
189 planejamento em recursos hídricos necessita de diretrizes. Apresentou algumas recomendações
190 para essa articulação: Formalização de Compromisso para efetiva troca de informações, dados e
191 estudos dos Estados entre si e destes com a União; Definição de Metodologias afins para
192 avaliação de demandas, disponibilidades e balanço hídrico nas bacias compartilhadas; Definição

193 conjunta de critérios dos instrumentos nas bacias compartilhadas; Adequação, no que for
194 possível, dos programas dos Planos Estaduais e de Bacias com os Programas do Plano Nacional.
195 O Sr. **João Clímaco (ONGs)** apresentou sua preocupação com a participação social no processo
196 de elaboração do plano estadual de recursos hídricos. Sugeriu que fosse criada uma estratégia
197 específica para a participação da sociedade nesse processo. Finalizadas as apresentações, o Sr.
198 **Sidnei Agra (OTEP)** comentou que o processo de elaboração dos três estados apresenta
199 semelhanças e algumas singularidades. Destacou o número de unidades de análise utilizado e o
200 sistema de interlocução. O Sr. **Marco Neves (SRHU)** Lembrou que os planos estaduais são
201 aprovados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. E o intuito dessas apresentações é a
202 articulação com PNRH. Destacou que a elaboração do plano de recursos hídricos do Paraná foi
203 um instrumento de articulação entre os setores do próprio governo Paranaense. Ressaltou que a
204 articulação entre os diversos âmbitos de planejamento é uma estratégia de implementação do
205 PNRH. O Sr. **Paulo Paim (DRH-SEMA / RS)** mencionou o interesse da Secretaria de Meio
206 Ambiente do RS em manter a CTPNRH como coordenadora da articulação e integração entre os
207 planos estaduais de recursos hídricos. A Sra. **Ninon Machado (ONGs)** ressaltou que é
208 necessário observar possíveis conflitos de competência nesse processo de articulação, haja vista
209 o papel da Agência Nacional de Águas no Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos. O
210 Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** disse que após a aprovação da resolução que altera as competências da
211 Câmara Técnica poderia ser criado um grupo de trabalho para analisar os mecanismos para
212 articulação entre os planos de recursos hídricos. Além disso, permanece o convite para os três
213 estados (RS, SC e PR) participarem das próximas reuniões da CTPNRH. No início do segundo
214 dia de reunião, o Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** passou ao [Item 6 - Análise da proposta da](#)
215 [SRHU/MMA referente à ampliação das competências da CTPNRH, considerando as](#)
216 [recomendações da CTIL](#). O Sr. **Fabiano Chaves (Sec. Executiva CNRH)** informou que a
217 Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL analisou a proposta de resolução
218 encaminhada pela CTPNRH e retornou a proposta com algumas modificações e sugestões
219 (ANEXO 5). Após considerações e sugestões dos membros da CTPNRH, a proposta de
220 resolução foi modificada, e, em seguida teve parecer favorável para encaminhamento à CTIL
221 com nova proposta de redação (ANEXO 6). Destaca-se que, em relação à proposta da CTIL de
222 alteração do nome da CTPNRH, tendo em vista a ampliação de suas competências, os membros
223 da CTPNRH entenderam que o acréscimo de novas competências não incorre, necessariamente,
224 uma mudança de nome. O Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** lembrou que o nome Câmara Técnica do
225 Plano Nacional d Recursos Hídricos possui um valor representativo do trabalho já realizado e da
226 experiência adquirida. A alínea b foi retirada por ser a mesma apenas um pressuposto da alínea d
227 e, desta forma, sua intenção estaria implícita na alínea d. Registrou-se que não é entendimento da
228 CTPNRH que a mesma deveria ser ouvida nos casos de propostas que estabeleçam diretrizes ou
229 conteúdos adicionais a Planos, mas ressaltou-se que a articulação entre câmaras técnicas é
230 prática usual no processo de elaboração de resoluções e moções no âmbito do CNRH. O pedido
231 do Sr. **João Clímaco (ONGs)**, encaminhado pela CTIL, foi atendido com a inclusão da palavra
232 comunicação na alínea c. A sugestão de explicitar, na alínea b, a competência da CTPNRH de
233 integração com ZEE, SNUC, Agenda 21, SISNAMA, SINGREH, ordenamentos territoriais,
234 manejos, entre outros foi rejeitada. Os membros da CTPNRH entenderam que a expressão: “e
235 *setoriais que possuam interface com a Política Nacional de Recursos Hídricos*” da alínea d
236 contempla a integração proposta. Após outras considerações, os membros da CTPNRH
237 acordaram com a proposta de resolução. O Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** sugeriu que o representante
238 da SRHU na CTPNRH elaborasse uma parecer com o intuito de encaminhar novamente a
239 matéria para a CTIL. O parecer deverá atender aos questionamentos enviados pela CTIL. [Item 7](#)

240 – Relato do Grupo de Trabalho responsável pela análise da proposta de Resolução que
241 “Estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de
242 regiões que contenham trechos da zona costeira”, conforme encaminhamento da 19ª Reunião
243 Ordinária do CNRH, realizada em 27 de março de 200. O Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** lembrou que
244 foi criado um grupo de trabalho para analisar a proposta de resolução da CTCOST conforme
245 solicitação encaminhada pelo Secretário Executivo do CNRH. O Sr. **Gilberto Lotufo (ANA)**
246 disse que foram realizadas duas reuniões com os membros do grupo de trabalho. Destacou que
247 foram estabelecidos contatos com os representantes da Coordenação do Programa Nacional de
248 Gerenciamento Costeiro (GERCO) com o intuito de construir uma articulação para elaboração
249 de uma nova proposta de resolução. Ressaltou que o foco do trabalho foi a articulação entre o
250 Sistema de Gestão Costeiro e o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos. A Sra.
251 **Patrícia Bozon (Indústria)** perguntou se o grupo de trabalho recebeu um estudo elaborado por
252 alguns conselheiros sobre o tema. O Sr. **Gilberto Lotufo (ANA)** informou que tomou
253 conhecimento do trabalho e que o mesmo serviu de subsídio para as atividades do grupo de
254 trabalho. Posteriormente, o Sr. **Nelson de Freitas (ANA)** apresentou (ANEXO 7) um breve
255 histórico das atividades do grupo, além de detalhes dos aspectos que direcionaram a elaboração
256 da proposta de resolução: 1 – Bases legais da articulação, 2 – Aspectos Institucionais, 3 –
257 Aspectos técnicos e operacionais, 4 – Tipologia da articulação, 5 – Espaços institucionais de
258 articulação e 6 – Espaço geográfico de articulação. O Sr. **Nelson de Freitas (ANA)** ressaltou que
259 89% da área costeira está contida em bacias de rios de domínio dos estados. Portanto, essa
260 resolução afeta especialmente os estados. Destacou que as áreas com dupla competência de
261 gestão (intersecção da bacia hidrográfica com a faixa costeira) foram definidas como espaço
262 geográfico de articulação. O Sr. **Luiz Fernando de Abreu Cybis (OTEP)** disse que faz parte da
263 Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e
264 Zona Costeira e relatou qual foi o objetivo da CTCOST na elaboração da proposta de resolução.
265 Ressaltou que a intenção era trabalhar com a articulação dos instrumentos de gestão. Disse que
266 uma nova definição do espaço geográfico de atuação da resolução não diminui as
267 responsabilidades dos dois sistemas de gestão. Lembrou que a questão do aumento dos custos
268 dos planos de recursos hídricos devido à inserção das especificidades da região costeira não é
269 efetiva, pois o mesmo já é inerente à elaboração do plano de bacia de região costeira que estaria
270 influenciado pela hidrodinâmica local. O Sr. **João Clímaco (ONGs)** disse que a influência do
271 mercado imobiliário acarreta uma ocupação desordenada da região costeira e conseqüente
272 degradação ambiental. Ressaltou a importância de medidas que colaborem com o planejamento
273 sustentável desse ambiente. Sugeriu que a proposta de resolução apresente ações definidas e não
274 seja apenas uma carta de intenções. Finalizadas as considerações sobre a apresentação das
275 atividades do grupo de trabalho, foi iniciada a análise da proposta de resolução elaborada pelo
276 grupo de trabalho (ANEXO 8). o Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** consultou os membros da CTPNRH
277 se consideravam a proposta apta a ser analisada como proposta de substitiva da minuta de
278 resolução da CTCOST. Os membros da CTPNRH manifestaram-se favoráveis à análise da
279 proposta. Em seguida, os membros da CTPNRH fizeram sugestões ao texto da minuta de
280 resolução. Finalizada a discussão da proposta, o Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** questionou se
281 membros da CTPNRH concordavam com o texto final da resolução (ANEXO 9). Os membros
282 da CTPNRH acordaram com a minuta de resolução. O Sr. **Luiz Fernando de Abreu Cybis**
283 **(OTEP)** disse que a proposta de resolução apresentada estava em condições adequadas para que
284 a CTCOST possa analisar e continuar suas atividades. Sugeriu, portanto, que ao encaminhar a
285 matéria para o Secretário Executivo do CNRH fosse proposto que a minuta de resolução deveria
286 ser analisada pela CTCOST antes de retornar ao plenário do CNRH. O Sr. **Sidnei Agra (OTEP)**

287 solicitou ao Sr. Gilberto Lotufo que encaminhasse à Secretaria Executiva do CNRH o relatório
288 final do grupo de trabalho. Disse que esse relatório deverá ser enviado à Secretaria Executiva
289 juntamente com a minuta de resolução. [Item 8 – Análise da revisão da Matriz de Implementação](#)
290 [do PNRH](#). O Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** disse que na última reunião da CTPNRH ficou acordado
291 que os membros teriam um prazo de trinta dias para revisão da matriz. As possíveis
292 contribuições deveriam ser encaminhadas ao GTCE e à Secretaria Executiva do CNRH. Em
293 seguida, o GTCE encaminharia a nova versão da matriz com as respectivas modificações para
294 todas as Câmaras Técnicas do CNRH para contribuições tendo em vista, principalmente, o
295 preenchimento da coluna referente às interlocuções possíveis. Ressaltou que o GTCE deveria
296 encaminhar, juntamente com a matriz, nota técnica explicativa do objetivo da Matriz de
297 implementação do PNRH. Entretanto, não foi encaminhada nenhuma sugestão. Tendo em vista
298 que existe a necessidade de uma revisão por parte dos membros, o Sr. **Sidnei Agra (OTEP)**
299 informou que seria dado um prazo de quinze dias para encaminhamento de sugestões. Informou,
300 ainda, que a Sra. **Ninon Machado (ONGS)** e o Sr. João Clímaco (**ONGs**) entregaram, na
301 presente reunião, sugestões e que as mesmas foram repassadas ao GTCE. [Item 9 – Relato do](#)
302 [processo de Implementação dos Programas do PNRH \(1 a 7\): relato e cronogramas](#). O Sr.
303 **Sidnei Agra (OTEP)** comentou que é um **ponto** permanente da pauta da CTPNRH e tem como
304 objetivo o acompanhamento das atividades e ações para a implementação dos programas e
305 subprogramas do PNRH já elaborados. O Sr. **Marco Neves (SRHU)**, responsável pela
306 apresentação, (**ANEXO 10**) fez um breve informe sobre a implementação do PNRH. Disse que
307 iria compartilhar a apresentação com o Sr. Nelson de Freitas, representante da Agência no
308 GTCE. Lembrou que os Programas do PNRH são peças de negociação para catalisar recursos
309 para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos. Em seguida, apresentou informações sobre as
310 ações e metas de cada programa. Finalizou sua apresentação com a previsão de investimentos
311 (2008-2009) por programa e subprograma. A Sra. **Patrícia Bozon (Indústrias)** sugeriu que a
312 implementação das ações do Programa IV fosse desenvolvida em articulação com as entidades
313 do Sistema S (SESI, SENAC, Etc). O Sr. **Nelson de Freitas (ANA)** iniciou sua apresentação
314 (**ANEXO 11**) dizendo que a ANA está em um processo de internalização na suas
315 superintendências das ações dos programas do PNRH. Mencionou que foram elaborados
316 pequenos resumos sobre os programas para distribuição aos técnicos que acompanham as ações
317 sob responsabilidade da Agência. Posteriormente, apresentou as ações e metas com respectivo
318 estágio atual. Além disso, apresentou as perspectivas para 2008/2009. Mencionou que existe uma
319 inter-relação complexa entre as ações e as metas de diferentes programas e isso causa certa
320 dificuldade no acompanhamento das atividades. Em relação ao [Item 10 – Relato sobre o](#)
321 [detalhamento dos programas e sub-programas do PNRH \(8 a 12\): informes e cronogramas](#), o Sr.
322 **Nelson de Freitas (ANA)** discorreu sobre as atividades que estão sendo desenvolvidas para o
323 Programa Nacional de Águas Subterrâneas e de Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao
324 Gerenciamento Costeiro. Para os Programas X (Gestão Ambiental de Recursos Hídricos na
325 Região Amazônica), Programa XI (Conservação das Águas no Pantanal) e Programa XII (Gestão
326 Sustentável de Recursos Hídricos e Convivência com o Semi-Árido Brasileiro), o Sr. **Nelson de**
327 **Freitas (ANA)** informou que as atividades estão sendo desenvolvidas com o intuito de
328 apropriação das ações contidas nos diferentes Programas já detalhados e
329 sistematização/articulação das ações, visando garantir organicidade aos Programas. Dando
330 continuidade à reunião, o Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** passou ao [Item 11 – Assuntos gerais](#). A Sra.
331 **Patrícia Bozon (Indústrias)** informou que no próximo dia 3 de julho será realizado o Encontro
332 Empresarial pelas Águas em Goiás, em Goiânia. O Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** lembrou que a
333 presente reunião foi a de número 50, a qual representa que muito trabalho foi feito, mas ainda há

334 muito a ser realizado pela gestão dos recursos hídricos no Brasil. Por último, agradeceu a
335 presença de todos e parabenizou pelo trabalho realizado, sendo assim encerrada a 50ª reunião da
336 CTPNRH.

337

338

339

340

341 Ata aprovada durante a 51ª reunião da CTPNRH, realizada no dia XX de XXXX de 2008.

342

343

Sidnei Gusmão Agra
Presidente da CTPNRH

Fabiano Chaves da Silva
Relator da CTPNR

344